



Da enunciação à anunciação propriamente dita: Comunicação, mais que um direito humano, um ato que legitima a existência do sujeito¹

Melina Costa Lima Fraga²

Ana Maria da Conceição Veloso³

Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, PE

RESUMO: Este artigo reitera o dialogismo como exigência primeira do ato comunicacional. Em contraposição ao contexto de opressão fomentado por diversas esferas comunicacionais que silenciam a voz de determinados grupos sociais, apresenta-se aqui uma revisão bibliográfica de obras que compreendem a comunicação como direito humano implicado no exercício da cidadania de qualquer sujeito, como propõem Gomes (2007), Ávila (2001) e Peruzzo (1998). Apoiado, fundamentalmente, nas contribuições de Bakhtin (1997), Freire (1968) e Brecht (1927 – 1932), o texto analisa o fenômeno da comunicação com base em três vieses distintos: o linguístico-contextual, o das trocas ideológicas realizadas pelo sujeito “fazedor de cultura” e o nível de interação estabelecido entre o indivíduo e os meios difusores de informação.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação; dialogismo; interação; sujeito; cidadania.

Diante da multiplicidade de sentidos e possibilidades contidas originalmente no termo *comunicação*, além das inúmeras concepções que se assomam na modernidade desencadeadas pelo acelerado processo de globalização que, tecnicamente, aproxima sujeitos em massa, faz-se cada vez mais urgente o repensar da função essencial da comunicação: estabelecer um elo⁴ entre o sujeito e o outro e o sujeito e o mundo.

Buscando fundamentação científica em teorias que reiteram a comunicação como um direito humano por meio do qual o homem é capaz de representar ideologicamente a si próprio, desvelar sistematizações culturais alheias e, principalmente, interagir com o meio social no qual se insere, o presente estudo se dedica a apresentar perspectivas teóricas essencialmente emancipatórias no sentido de esvaziar a concepção de que o ato de se comunicar encerra-se na etapa da mera transmissão de mensagem ou mesmo a crença de que existem verdades/conhecimentos

¹ Trabalho apresentado no II 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 02 a 04 de julho de 2015.

² Graduada no curso de Licenciatura em Letras pela UFPE, email: melina.clfraga@hotmail.com.

³ Orientadora do trabalho. Professora dos cursos de Jornalismo, Publicidade e rádio, TV e Internet e coordenadora do Observatório de Mídia: Gênero, Democracia e Direitos Humanos, projeto desenvolvido pelo Departamento de Comunicação Social da UFPE, email: anavelosoufpe@gmail.com.

⁴ Leia-se *elo* não na perspectiva simplória de conectar o sujeito com o que está posto, mas de tornar possível sua coabitação ideológica no mundo no qual está inserido.



pré-moldados que devem não somente passar de uma geração à outra, mas ter o poder reger toda e qualquer sociedade “civilizada”.

Embora já se admita atualmente a comunicação como conceito que transcende os limites da mera transmissão de mensagem, os principais sistemas de mídia que atingem a população mundial supervalorizam a esfera emissora do esquema comunicacional ou os suportes tecnológicos voltados prioritariamente para as emissões virtuais em detrimento do exercício interativo frente ao público interlocutor com o qual se conecta.

Contrariando tais perspectivas fortemente disseminadas pelo acelerado processo de globalização que massifica povos e culturas, as teorias aqui apresentadas apontam a interação como exigência que legitima o ato comunicacional, concebendo-a, portanto, como ferramenta que historiciza a existência do sujeito “fazedor de cultura⁵”, extrapolando, com isso, os limites do aparato orgânico/cognitivo do sujeito ou mesmo a relação estímulo-resposta decorrente das trocas sociais.

Pretende-se com esta investigação, apoiada fundamentalmente em três estudiosos cujas teorias, em suas respectivas áreas, são fortemente calcadas no dialogismo: Michael Bakhtin (1997), Paulo Freire (1968) e Bertold Brecht (1927 – 1932), entre outros estudiosos, reiterar a essência da autêntica comunicação — ou seja, aquela que não somente enuncia, mas interage em todas as instâncias com o sujeito.

Dialogismo e enunciação segundo a perspectiva teórica bakhtiniana acerca da linguagem e do processo comunicacional como um todo

Em consonância com a tendência de estudos contemporâneos que tratam a linguagem como sendo fruto da vocação humana de interagir, podemos conceber a teoria bakhtiniana em torno da natureza da linguagem e do ato enunciativo como ícone no processo de dessacralização da corrente de linguistas estruturalistas. Ao contrário do que postulava esta corrente — que não somente os signos, mas a própria língua poderia ser objeto de estudo desatrelado da historicidade que permeia o seu uso —, Mikhail Bakhtin, compreende a linguagem como fenômeno profundamente atrelado às trocas dialógicas humanas.

Para o estudioso, a sistemática estruturalista — pioneira no âmbito da linguística — é, não somente abstrata, como de existência e/ou ocorrência improvável,

⁵ Termo comumente empregado por Paulo Freire para reconhecer o sujeito histórico como indivíduo que interfere diretamente na produção de cultura do mundo que o cerca.



pois, de acordo com os princípios de suas investigações, o significado, por exemplo, é uma impossibilidade teórica, bem como um signo é somente concebível provisoriamente, sem qualquer união estável com significados quaisquer, uma vez que as possíveis significações serão constituídas a partir dos dados envolvidos na situacionalidade em que for empregado por usuários social e historicamente localizados.

Bakhtin trabalha, pois, com o mundo da linguagem admitindo seu caráter transitório e de movimentação contínua, fatores que se devem à sua capacidade de constantes modificações. Para ele, o único objeto real e material que dispomos para entender o fenômeno da linguagem humana é o exercício da fala em sociedade. Com isso, tal teórico admite um regime processual a seu objeto, que não deve ser submetido a uma forma fixa e imutável, como pretendia Ferdinand de Saussure⁶ (SAUSSURE, In: CLG 2006, p. 271).

Segundo a concepção bakhtiniana, há, na construção do enunciado, duas dimensões distintas e complementares: de um lado, existe a materialidade técnica do texto e, de outro, aquilo que escapa aos limites de língua, para ascender ao plano da linguagem. Nessa perspectiva, afirma Bakhtin:

Portanto, por trás de cada texto está o sistema da linguagem. A esse sistema correspondem no texto tudo o que é repetido e reproduzido e tudo que pode ser repetido e reproduzido, tudo o que pode ser dado fora de tal texto (o dado). Concomitantemente, porém, cada texto (como enunciado) é algo individual, único e singular, e nisso reside todo o seu sentido (a sua intenção em prol da qual ele foi criado) (BAKHTIN, 1998, p. 309-310).

Em relação ao conceito teorizado por Bakhtin em torno da *enunciação* propriamente dita, merece destaque o seguinte pronunciamento: “Enunciação é de natureza social. Ela será determinada pelas condições reais da enunciação em questão, isto é, antes de tudo pela situação social mais imediata”. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2004, p. 112). Segundo as ideias bakhtinianas, dentro dessa perspectiva teórica, a interação verbal por meio da enunciação se comporta da seguinte maneira: “A palavra em função do interlocutor comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que

⁶ **Ferdinand de Saussure**, linguista e filósofo suíço que tornou a língua objeto de estudo metódico. Seus estudos, publicados postumamente no CLG (*Curso de Linguística Geral*) impulsionaram a ascensão do estruturalismo — corrente teórica do século XX que concebia a língua enquanto sistema de signos fechado. Graças às suas contribuições, foi possível o desenvolvimento da Linguística enquanto ciência autônoma. É importante reconhecer, contudo, que, mesmo vivenciando o contexto histórico do Positivismo, seus estudos não ignoravam a parte social da linguagem, mas, de acordo com sua concepção, fazia-se necessária a dissociação entre sujeito e objeto a fim de que o segundo não fosse contaminado pelo primeiro, o que seria, para ele, uma interferência negativa na metodologia da investigação científica.



procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui o produto da interação do locutor e do ouvinte” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2004, p. 113).

É a investigação e o reconhecimento desse caráter essencialmente dialógico no âmbito da linguagem por parte de Bakhtin que possibilita à Linguística superar a dicotomia língua-fala, uma vez que o enunciado é constituído de acordo com o contexto em que se insere; ou seja, os critérios enunciativos serão determinados pelas condições sociais da produção discursiva, sua motivação, intencionalidade, esfera social, entre outros fatores que perpassam o ato enunciativo. Para o teórico:

Ignorar a natureza do enunciado e as particularidades de gênero que assinalam a variedade do discurso em qualquer área do estudo lingüístico leva ao formalismo e à abstração, desvirtua a historicidade do estudo, enfraquece o vínculo existente entre a língua e a vida. A língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua. O enunciado situa-se no cruzamento excepcionalmente importante de uma problemática (BAKHTIN, 1998, p. 282).

Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (1929), no capítulo *Língua, Fala e Enunciação*, ao tratar de questões do universo linguístico e sintático que permeiam o âmbito comunicacional, Bakhtin vem a problematizar as concepções acerca da linguagem impregnadas de abstração e artificialidade, que tendem a diminuir não somente a capacidade de expressão individual, mas a própria interatividade nas trocas dialógicas realizadas a partir da enunciação. Para tanto, utiliza todo um arcabouço teórico para esmiuçar o trajeto percorrido pela linguagem, desde suas origens de cerne eurocêntrico até as consequências expressas na incapacidade tão comum de não haver correspondências reais entre a realidade dos homens e suas narrativas.

Diante do exposto, é possível concluir que a principal contribuição teórica de Bakhtin para a área da comunicação foi o reconhecimento da enunciação enquanto exercício de causa e consequência dialógica. E que o resultado desse exercício contínuo é a capacidade de coabitação universal entre sujeitos.

Dialogismo e anunciação segundo a perspectiva teórica freiriana: requisitos para uma comunicação efetiva do sujeito com o mundo

Contrariando toda e qualquer teoria que aborde discurso e prática em perspectiva dicotômica, Paulo Freire defende com afinco, ao longo de todo o seu legado, o princípio de que de que os elementos constitutivos do diálogo são *ação* e *reflexão*, anunciando,



com isso, que as trocas dialógicas são capazes de transformar o mundo. Para o educador, “Não há palavra verdadeira que não seja práxis” (FREIRE, 1983, p. 91). O pronunciamento de cada sujeito é, no mundo, um ato de criação e recriação, como propõe, em sua dissertação de Mestrado, a estudiosa Raimunda Aline Lucena Gomes:

Comunicação esta que, através do uso da palavra, estruturadora da linguagem, por sua vez concretizadora do discurso, funcionou como um fio condutor para a afirmação da humanidade como um grupo de animais que sente, pensa, intercambia subjetividades, age e reage na relação com o outro e com a natureza, formando uma teia de pensamentos e acontecimentos construída entre consensos e conflitos. O seu desenvolvimento, da oralidade a instrumentalização técnica, confunde-se com a luta da humanidade para sobreviver, dominar a natureza, construir conhecimentos e por expandir-se. Portanto, a comunicação está intrinsecamente ligada às relações de poder estabelecidas, gerando não poucas vezes a in-comunicação (GOMES, 2007, p. 25).

Em consonância com essa perspectiva teórica que postula o exercício da cidadania de cada sujeito de modo atrelado ao seu pronunciamento, o pensamento da socióloga Maria Betânia Ávila faz-se referência ao propor:

O projeto de cidadania que inaugurou, no Ocidente, a modernidade significou uma transformação radical na ordem social vigente naquele contexto histórico. A concepção de igualdade contida nesse projeto rompia com a concepção de que a hierarquia e a desigualdade eram atributos naturais das relações humanas (ÁVILA, 2001, p. 20).

De acordo com os postulados freirianos, os diálogos estabelecidos na interação que perpassa as relações interpessoais expandem a vocação ontológica do ser humano de *ser mais*⁷, “esta vocação para ser mais que não se realiza na inexistência de ter, na indigência, demanda liberdade, possibilidade de decisão, de escolha, de autonomia” (FREIRE, 2003a, p.10). Para ele, as práticas e os contextos sociais que tolhem o diálogo e a amorosidade⁸ do processo interativo são, de um modo geral, opressoras. E cada sujeito deve reconhecer-se enquanto ser incluso e, portanto, estar aberto a essas trocas dialógicas.

É por meio do dialogismo entre distanciar-se—aproximar-se de enunciações alheias à realidade individual de cada sujeito que o mundo é problematizado,

⁷ *Ser mais*, expressão bastante recorrente nos postulados freirianos, que designa o homem enquanto práxis, que reage à condição de oprimido, deixa de ser “coisa” e se humaniza se inserindo na realidade e no conhecimento científico desta realidade.

⁸ Em consonância com os princípios freirianos de que a amorosidade tem papel de mediação nas trocas dialógicas, a concepção acerca do conceito de amorosidade, neste estudo, perpassa pela consciência de inconclusão do sujeito que é ético ao confessar-se ideologicamente ao outro e entusiasta ao se dispor a fomentar os diálogos gerados no momento da enunciação com esmero num exercício contemplativo/crítico em relação às naturezas tanto do que se discute quanto de quem constitui a discussão.



decodificado, bem como o homem se reconhece como agente direto do universo que lhe rodeia. Desse modo, consciência de mundo e consciência de si crescem juntas, interagindo entre si, o que possibilita a intersubjetividade entre tais dimensões.

O diálogo revela, nessa perspectiva, um exercício de constituição das ditas consciências. Através dele, o homem objetiva o mundo, historicizando-o, humanizando-o, já que é a consciência uma elaboração humana. Para o sujeito consciente, o mundo passa a ser um projeto, que vai idealizando e executando com liberdade e autonomia.

Em relação às expectativas e anseios gerados nas interações sociais, podemos considerá-los já como elementos fundantes do conhecimento, uma vez que serão ponto de partida para a busca epistemológica. A princípio, a não satisfação com o que está posto diante das trocas do sujeito com o mundo é, geralmente, ingênua; mais tarde, porém, ao aprofundar o diálogo com conhecimento em questão, o sujeito sente necessidade de sistematizar conclusões próprias, provenientes dos resultados que chegou através das próprias investigações.

Segundo a concepção freiriana, a curiosidade aponta que o sujeito foi além do que foi dado por entre suas trocas sociais, tendo direito, por conseguinte, de expressar suas próprias sistematizações, aquilo que lhe toca e, portanto, lhe identifica. É a inquietação indagadora que gera o conhecimento crítico. Dessa forma, produzindo, interferindo, lapidando, discordando, criticando, recriando, o ser social está sempre acrescentando algo ao saber histórico produzido por homens e mulheres ao longo de toda a história da civilização.

O conhecimento inscreve-se na consciência de inacabamento do ser, que, por sua vez, é evidenciado na relação do sujeito com o mundo e com o outro. Sobre essas trocas e o conseqüente processo de aprendizado, Freire pontua:

[...] É que o processo de aprender, em que historicamente descobrimos que era possível ensinar como tarefa não apenas embutida no aprender, mas perfilada em si com relação a aprender, é um processo que pode deflagrar no aprendiz uma curiosidade crescente, que pode torná-lo mais e mais criador. O que digo é o seguinte: quanto mais criticamente se exerça a capacidade de aprender tanto mais se constrói e desenvolve o que venho chamando “curiosidade epistemológica”, sem a qual não alcançamos o conhecimento cabal do objeto (FREIRE, 2002, p. 27).

Nessa perspectiva, podemos afirmar ser a construção do conhecimento: um exercício essencialmente dialógico, através do qual se assume coautoria das leituras de mundo realizadas. Pois, segundo Freire: “[...] A leitura verdadeira me compromete de



imediatamente com o texto que a mim se dá e a que me dou e de cuja compreensão fundamental me vou tornando também sujeito [...]” (FREIRE, 2002, p. 30). Ou seja, a legítima leitura (de texto, contexto, linhas e entrelinhas) propicia não somente o ato de conhecer parte do conhecimento existente, mas o de produzir conhecimentos ainda não existentes.

Não apenas o processo de aprendizagem, mas o de ensino envolve esses dois momentos do ciclo gnosiológico. A pesquisa vem a ser a ferramenta facilitadora da produção de conhecimento, por ser de natureza essencialmente metódica, sendo proveniente e instigando a sistematização de saberes. Ou seja, pode ainda ser entendida, a pesquisa, como mediadora do diálogo entre conhecimentos já firmados no cerne do tema gerador e os novos, adquiridos por meio da busca epistemológica.

Deste contexto, emergirá um “saber essencial”, aquele que dará suporte para que o sujeito seja capaz de agir e reagir dentro de seu contexto social, bem como possa interagir com seu entorno politicamente falando. Ou seja, o conhecimento que está na base da formação educacional de cada sujeito fará com que cada indivíduo seja “governo” de si mesmo.

É nessa perspectiva que Freire concebe o *ser mais* para vislumbrar o *inédito viável*⁹, “a compreensão da história como possibilidade e não determinismo, [...], seria ininteligível sem o sonho, assim como a concepção determinista se sente incompatível com ele e, por isso, o nega” (FREIRE, 1999, p. 92). Ao reconhecer-se enquanto sujeito “fazedor de cultura” capaz de fazer não somente leituras, mas releituras da realidade que o cerca, o homem sonha, e se permite acreditar na transformação do contexto social que o cerca através das possibilidades recriações próprias e autônomas.

Dialogismo e interação: exigências de uma autêntica comunicação segundo a perspectiva teórica de Bertold Brecht

Em consonância com as perspectivas teóricas tanto de Bakhtin quanto de Freire, que unanimemente apresentam o dialogismo no bojo das investigações/reflexões que tecem em torno do âmbito comunicacional, Bertold Brecht, vem a reivindicar a viabilidade do dialogismo não somente na interação entre sujeitos face a face, mas também na chamada comunicação a distância. O pesquisador aponta que o conteúdo

⁹ Pode ser concebido o *inédito viável* como sendo uma ambição alcançada pelo sonho utópico, sobre a qual o sujeito tem consciência de que é viável pela práxis libertadora que se exerce na extensão da habilidade humana do *ser mais*.



mediático não deve ser produzido em separado do povo, afirma ainda que cabe ao público não somente ser instruído, mas também instruir.

Desde sua intervenção na área das artes cênicas, com a criação das peças didáticas, cujo cunho interativo e engajamento político se sobrepunham ao próprio fazer artístico, Brecht já reivindicava que toda e qualquer forma de manifestação comunicacional se realizasse em perspectiva de estabelecer diálogo direto com o povo, cujo conteúdo fosse elaborado em função do povo, independente do meio difusor.

Defendendo o “esforço criador”, o estudioso tentava quebrar a corrente ideológica que concebia a cultura como sendo uma “forma já constituída”. Seu principal intuito não era aprimorar, por exemplo, o meio teatral, mas transformá-lo radicalmente, de modo que o roteiro de cada peça representasse a realidade do público e, mais do que isso, desejava interagir diretamente com a reação do público, tomando seus expectadores não apenas como personagens, mas legítimos coautores.

Fortemente influenciado pela onda revolucionária que regia Berlim na época em que para lá se mudou (1924), além do próprio espírito vanguardista, Brecht vem a inovar em vários aspectos no que diz respeito à concepção que se tinha até então de comunicação como sendo tarefa exclusivamente ou fundamentalmente enunciativa. Se, por um lado, a massa operária alemã já se manifestava em reação às relações opressoras, sobretudo através do teatro político, por outro, o dramaturgo reflete para além do fazer artístico.

Entre 1927 e 1932, período de ascensão do rádio como nova tecnologia da comunicação, Brecht, ao pensar seu uso e preocupar-se com o desenvolvimento do advento desse novo veículo, compôs uma série de ensaios, tecendo, inclusive, várias sugestões para o recém-surgido meio comunicacional. Seus escritos foram reunidos sob o título de *Teoria do rádio*.

Embora o rádio já tivesse sido tirado de sua função habitual — conhecido a princípio como sem-fio por possibilitar, como substituto do telégrafo, a comunicação mar-terra, viabilizando transmissões telegráficas em código dos embarcados — por parte de revoltosos que lutavam pela independência da Irlanda em 1916, o maior feito de Bertold Brecht está no pioneirismo de suas discussões em torno do veículo, nele reconhecendo grandes potencialidades, tanto no que diz respeito aos recursos técnicos quanto no que se refere à função social propriamente dita. Já aí fica claro o clamor do teórico ao uso do veículo em perspectivas de democratização da comunicação.



Sobre essa necessidade, faz-se pontual o “conselho” por ele dado ao em *Sugestões aos diretores do rádio*, o segundo de seus escritos, ao colocar: “deveriam tentar fazer do Rádio uma coisa realmente democrática” (*apud* MEDITSCH, 2005, 36-37). Para tanto, defendia que “deveriam aproximar-se mais dos acontecimentos reais com os aparelhos e não se limitar à reprodução ou à informação” (*apud* MEDITSCH, 2005, 36-37). Já em *O voo sobre o oceano* (escrita entre 1928 e 1929), o dramaturgo inova ainda mais, ao extrapolar o âmbito da teoria e conceder, na prática, voz ativa ao rádio escrever o roteiro da peça para ser “encenado pela radiodifusão” e conceder-lhe espaço de narrador-personagem.

Ao longo da sua trajetória, Brecht tentou provar que havia, na radiodifusão, muito mais potencialidades do que as cabíveis a um mero aparelho emissor, mostrando à sociedade que, mesmo se tratando de um meio de comunicação a distancia, do mesmo modo que na interação face a face — amplamente investigada por Bakhtin e Freire —, também esta forma comunicacional deveria garantir o direito do sujeito realizar trocas ideológicas com o outro e com o mundo, anunciando, com isso, a si próprio e intervindo diretamente na realidade que o cerca.

Mais do que deter-se aos avanços técnicos/tecnológicos trazidos com a nova mídia, o teórico priorizava reflexões que extrapolavam o furor progressista de sua época, profetizando, portanto, discussões bastante atuais e que fazem-se urgentes em tempos de globalização, como a proposta pelo ensaísta Hans Enzensberger, ao questionar até que ponto a comunicação tem evoluído com o passar do tempo, afirmando que “A evolução de um simples meio de distribuição para um meio de comunicação não é um mero problema técnico [...]” (ENZENSBERGER, 2003, p.17).

Ao conceber a interação nas esferas comunicacionais como ferramenta legítima através da qual os cidadãos se comunicam, a priori, em perspectiva dialógica, o estudioso já discute uma tendência fortemente dissipada nos dias atuais, quando, apesar dos avanços de ordem técnico-tecnológica conectarem cada vez mais sujeitos distantes nos mais diversos contextos, o direito à representatividade cultural ainda é para poucos. Nessa perspectiva, a fim de ilustrar a contemporaneidade da discussão empreendida por Brecht na década de 1920, podemos apontar a problematização trazida por Peruzzo ao debater o âmbito conceitual ligado ao direito à comunicação no mundo globalizado. Nessa perspectiva, a autora propõe:



As liberdades de informação e de expressão postas em questão na atualidade não dizem respeito apenas ao acesso da pessoa à informação como receptor, nem apenas no direito de expressar-se por ‘quaisquer meios’ – o que soa vago e não garante o acesso do cidadão, com poder de controle, à grande mídia por exemplo – mas de assegurar o direito de acesso do cidadão e de suas organizações coletivas aos meios de comunicação social na condição de emissores – produtores e difusores – de conteúdos (PERUZZO, 2005, p. 278-279).

Em relação ao papel da radiodifusão, a concepção de Brecht apresenta-se em consonância com o seguinte postulado freiriano:

[...] não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele, mesmo que, em certas condições, precise de falar a ele (FREIRE, 1996, p. 113).

No que se refere à discussão da polifonia (não a polifonia naturalmente contida no ato discursivo, justificada por Bakhtin como oriunda do momento da enunciação em perspectiva dialógica, metalinguística) excessiva gerada pelos discursos que seguem a lógica do sistema capitalista se sobrepondo e/ou atropelando, o sociólogo Dominique Wolton vem a afirmar com autoridade, em *É preciso salvar a comunicação* (2006), que, quando todos falam em perspectiva não de coabitação, mas de disputa por ascensão social, ninguém escuta.

Pensar a sociedade da incomunicação não é, portanto, uma proposta pessimista. É admitir que há, de certa forma, um limite para a comunicação. Quando tudo circula, permuta-se e se conecta, não é inútil lembrar que há sempre três situações: a partilha, a coabitação, a incomunicação. Essas três situações ontológicas perduram, qualquer que seja o desempenho dos instrumentos, e é essa trilogia que se deve guardar no espírito quando se quer evitar que a onipresença da comunicação técnica se torne uma das tiranias da globalização. (WOLTON, 2006, p. 224).

Assim como o teórico o faz, Brecht já questionava o papel dos meios difusores de comunicação, mais especificamente o rádio, quando reduzido à distribuição de informações disparadas mecânica e autoritariamente sem levar em consideração o contexto e bagagem cultural de vida do receptor. O dramaturgo já em sua época preconiza o que Wolton vem a chamar de “Triunfo do receptor” em detrimento do triunfo da informação.

Ao reivindicar voz ativa aos tradicionais “ouvintes”, Brecht defendia também a democracia na comunicação, de modo que esta fosse produzida de forma circular e não



simplesmente linear, ou hierarquizada, ou seja, para ele, os ouvintes deveriam não apenas receber a transmissão, mas nela interferir diretamente, inclusive na tomada de decisão do que precisa e deve ser transmitido. Para o teórico, esse processo não se resolvia com o movimento de conceder o microfone aberto ao público em perspectiva de interagir com o que está posto, mas de proporcionar uma comunicação que legitimamente represente os anseios, interesses e necessidades da sociedade na qual o rádio estava inserido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendendo que a mídia de um modo geral, principal responsável por fazer circular as informações produzidas no compartilhamento entre sujeitos sociais, tem elegido de maneira interessada o que repassar e como, manipulando, portanto, o exercício da cidadania de cada sujeito e privando-o, com isso, desse essencial direito humano, o presente estudo se propôs a investigar a arbitrariedade dessa privação e denunciá-la à luz da concepção emancipatória de dialogismo fortemente dissipada no referencial teórico aqui apresentado. Para Freire:

A manipulação aparece como uma necessidade imperiosa das elites dominadoras, com o fim de, através dela, conseguir um tipo inautêntico de “organização”, com que evite o seu contrário, que é a verdadeira organização das massas populares emersas e emergindo (FREIRE, 2011, p. 199).

Em contraposição ao contexto de opressão fomentado por diversas esferas comunicacionais da atualidade, do qual emergem muitas situações de violência simbólica, geralmente “camuflada” sob argumentações rasas que pretendem justificar-se, arbitrariamente, no senso comum ou mesmo na “naturalização” de construções sociais politicamente tendenciosas às classes de prestígio e, conseqüentemente, excludentes, este estudo constituiu-se com o intuito de reiterar a essência democrática e o poder emancipatório do exercício comunicacional.

Em reação a essa corrente opressora posicionaram-se firmemente os postulados das três autoridades que, principalmente, nortearam este estudo: Bakhtin, Freire e Brecht. Procurou-se estabelecer, aqui, pontes e conexões entre elas — sobretudo pela aproximação da concepção de dialogismo que possuem — para reiterar a urgência de se devolver à comunicação sua natureza emancipatória.



O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu. Esta é a razão por que não é possível o diálogo entre os que querem a pronúncia do mundo e os que não a querem; entre os que negam aos demais o direito de dizer a palavra e os que se acham negados deste direito. É preciso primeiro que, os que assim encontram negados no direito primordial de dizer a palavra, reconquistem esse direito, proibindo que este assalto desumanizante continue. Se é dizendo a palavra com que, “pronunciando” o mundo, os homens o transformam, o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens. Por isto, o diálogo é uma exigência existencial (FREIRE, 1968, p. 78 -79).

De acordo com o referencial teórico apresentado neste estudo acerca do posicionamento do homem perante o mundo como sendo fruto das trocas dialógicas que realiza ao longo de sua existência, conclui-se que o sujeito crítico e consciente de sua inconclusão procura estar sempre aberto ao diálogo, não somente para pronunciar-se, mas ainda para interagir com os discursos alheios. Desse modo, os meios difusores dessas trocas devem zelar, sobretudo, por garantir a existência de uma comunicação efetiva que possibilite a este sujeito historicizar-se, bem como anunciar-se enquanto “fazedor de cultura”, como conclui Wolton:

De qualquer maneira, comunicar é assumir um risco, em que reside, de fato, toda a grandeza da coisa. O risco do encontro do outro e do fracasso. Não há ética da comunicação sem respeito do outro, isto é, sem uma reflexão política, pois coabitar com o outro leva de imediato, à questão política, à da democracia (WOLTON, 2006, p. 224).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁVILA, Maria Betânia. Feminismo, cidadania e transformação social. In: ÁVILA, M.B. (org). **Textos e imagens do feminismo. Mulheres construindo a igualdade**. Recife. SOS Corpo, Gênero e Cidadania. 2000. pp. 15-61

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 2. ed. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997b.

_____. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. Tradução de Aurora F. Bernardini et al. São Paulo: UNESP e HUCITEC, 1988.

BAKHTIN, Mikhail Mikháilovich & VOLOCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel lahud; Yara Frateschi Vieira. 11.ed. São Paulo : Hucitec, 2004 [1929].



BOUQUET, Simon. De um Pseudo-Saussure aos textos Saussurianos originais, In: Revista Letras e letras, vol. 25, n 1, Uberlândia, p. 145-160, 2006.

_____. & Engler, R. **Ferdinand de Saussure: escritos de lingüística geral**: Trad. Carlos Salum e Ana Lúcia Franco. São Paulo: Editora, Cultrix, 2002.

BRECHT, Bertold. Ao pequeno aparelho de rádio. In: **Poemas**. 1913-1956. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. **El compromiso en literatura y arte**. 2.ed. Barcelona: Península, 1984.

_____. O vôo sobre o oceano. In: **Teatro completo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992b. v.3.

_____. **Teatro completo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992a.

_____. **Teatro dialético**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. **Teoria do rádio** (1927 – 1932). In: MEDITSCH, Eduardo (org). **Teorias do Rádio: textos e contextos** – Volume I. Florianópolis: Insular, 2005.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. **Elementos para uma Teoria dos Meios de Comunicação**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.

FNDC. Bases de um Programa para a Democratização da Comunicação no Brasil – Propostas de caminhos e atitudes para transformações revolucionárias na esfera pública do país. Extraído do site do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação em www.fndc.org.br.

FREIRE, Paulo. **A Educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.



_____. **Política e educação**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2003a.

GOMES, Raimunda Aline Lucena. **A comunicação como direito humano: um conceito em construção**. Recife, 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco.

MEDITSCH, Eduardo. **O Rádio na Era da Informação – Teoria e Técnica do Novo Radiojornalismo**. Florianópolis, Editora Insular, Editora da UFSC, 2001.

PERUZZO, Cicília M. Khroling. 2005. Internet e democracia comunicacional: entre os entraves, utopias e o direito à comunicação. In: MELO, José Marques de; SATHLER, Lucio (Eds.). **Direitos à comunicação na sociedade da informação**. São Bernardo do Campo, SP: Universidade Metodista de São Paulo. p. 267-288.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Lingüística Geral**. 2º. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

UNESCO. Declaración sobre los Principios Fundamentales relativos a la Contribución de los Medios de Comunicación de Masas al Fortalecimiento de la Paz y la Comprensión Internacional, a la Promoción de los Derechos Humanos y a la Lucha contra el Racismo, el Apartheid y la Incitación a la Guerra. Paris: UNESCO, 1978.

WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006.

_____. **Pensar a comunicação**. Brasília: UnB, 2004.